



# JORNAL DO SINTUFSC

Edição 163 - Outubro de 2025

REFORMA  
ADMINISTRATIVA



É REFORMA  
OU EXTINÇÃO?



EDIÇÃO ESPECIAL

# REFORMA ADMINISTRATIVA

## mais um projeto de destruição do serviço público

### TAES EM EXTINÇÃO NA UFSC

Cargos extintos, corte de gastos e terceirizações, uma realidade que pode se agravar com a Reforma

### ENTREVISTA COM PEDRO UCZAI

Deputado Federal integrante do GT da Reforma Administrativa se posiciona sobre a proposta

### ENTENDA O IMPACTO DA REFORMA

Confira os principais ataques do projeto aos servidores e às instituições públicas



# Não é reforma. É desmonte

Apesar do discurso de eficiência, modernização e combate a privilégios, a proposta de Reforma Administrativa apresentada em outubro é um ataque direto ao serviço público e ao povo brasileiro. É uma reedição das velhas políticas de desmonte do Estado e destruição das carreiras.

A substituição de servidores estáveis por temporários, contratos precários e indicações políticas escancaram o caminho para a corrupção. Criticada pelos mesmos deputados que votaram a favor da PEC da Blindagem e contra a taxa de bancos, bilionários e bets, a estabilidade é uma proteção contra pressões políticas, perseguições ideológicas e interferências externas. Foi um servidor concursado, por exemplo, que impediu o contrabando de R\$16 milhões em joias por Bolsonaro. Outro servidor estável denunciou o esquema de corrupção envolvendo a compra da vacina Covaxin.

Restrições para a realização de concursos e o estabelecimento de um teto para despesas com pessoal em municípios, estados e na União limitam a contratação de servidores e reajustes salariais. Junto a isso, há a submissão a lógicas meritocráticas e produtivistas – com bônus e punições ligados ao cumprimento de metas, o que pode agravar a pressão por resultados, práticas de assédio e perseguição e o adoecimento de servidores e servidoras.

A Reforma Administrativa atinge justamente os trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados e reduz a capacidade do Estado de atender quem mais precisa, enfraquecendo políticas de educação, saúde e assistência social. A eficiência anunciada é, na verdade, precarização: menos servidores, piores condições de trabalho e menos acesso da população a direitos básicos.

Já a tão falada modernização representa a intensificação de um processo de perda de direitos que começou há décadas. Uma realidade que conhecemos de perto na UFSC, com a substituição de TAEs por trabalhadores terceirizados, com vínculos frágeis – resultando na perda de memória

institucional e na queda da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

As contradições entre trabalhadores com múltiplos regimes trabalhistas e a imposição de uma lógica produtivista com a chegada da Ebserh no HU – que vem acompanhada do fechamento de leitos e da redução de atendimentos – são outros exemplos do que tende a se generalizar no serviço público.

O argumento, repetido à exaustão, de que o Brasil tem um Estado inchado, com excesso de servidores públicos não se sustenta. Dados organizados pela Republica.org, mostram que temos proporcionalmente menos servidores do que os Estados Unidos e diversos países europeus e sul-americanos.

Para além disso, há como cortar gastos sem cortar direitos, com a revisão de renúncias fiscais, a tributação de grandes fortunas e a auditoria da dívida pública, por exemplo. O que falta é vontade política de enfrentar os verdadeiros privilegiados.

O Congresso Nacional — em sua maioria alheio aos interesses populares e aliado a setores que lucram com o enfraquecimento do Estado — insiste em projetos que desmontam o serviço público.

Importante dizer também que, apesar de conduzida por deputados, a reforma integra a agenda de “transformação do Estado” do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), em implementação desde janeiro de 2023. O MGI declarou que tem colaborado com o GT da Câmara, e algumas de suas iniciativas já foram incorporadas ao debate parlamentar.

A luta contra a Reforma Administrativa é uma luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade, pelo direito da população ao ensino, à pesquisa, à extensão e aos demais serviços prestados pela universidade. É também uma luta em defesa do povo brasileiro, que exige unidade entre todas as categorias da comunidade universitária e do funcionalismo público. É hora de organização e mobilização. Em defesa da UFSC, do serviço público e do Brasil.

## EXPEDIENTE

JORNAL DO SINTUFSC

Edição 163 - Outubro de 2025

Sindicato de Trabalhadores em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina  
Rua João Pio Duarte da Silva, s/n Caixa Postal 5130  
Córrego Grande | Florianópolis | CEP: 88035-972

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Camila Raposo

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

Camila Raposo e Luiz Artur de Oliveira

REPORTAGENS

Sofia Vendramini Andrade e Amanda de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO

Phillipe de Sousa Silva

PROJETO GRÁFICO

Phillipe de Sousa Silva

ILUSTRAÇÕES

Phillipe de Sousa Silva e Laerte Coutinho

IMPRESSÃO

Gráfica MG

TIRAGEM

3.000

FECHAMENTO

20 de outubro de 2025

SITE

sintufsc.com.br

INSTAGRAM

@sintufsc

# TAEs em extinção: as reformas administrativas no passado e no presente da UFSC

Era 25 de outubro de 1995, quarta-feira, quando uma multidão de funcionários públicos adentrou os corredores do Congresso Nacional para denunciar mais uma tentativa de destruição do serviço público. Naquela data, os deputados federais se reuniam para discutir mais uma reforma administrativa.

Em meio à tentativa da polícia de impedir a entrada dos servidores, entre empurrões e bandeiras, os manifestantes gritavam aos deputados: “Abaixo o acordão, picaretas da nação”. Aquele dia marcaria o início de uma longa luta, até 7 de maio de 1998, quando foi aprovada a Lei nº 9.632, que extinguiu uma série de cargos, entre eles os de motoristas, vigilantes, jardineiros, cozinheiros, copeiros e tantos outros que garantiam a existência dos órgãos do Estado.

O golpe final veio no mês seguinte, em 4 de junho, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998, que estabeleceu a possibilidade de demissão de servidores em caso de descumprimento dos limites de despesa de pessoal. O efeito imediato da legislação foi a extinção de mais de 72.930 cargos da administração federal.

As propostas legislativas haviam sido apresentadas por Bresser-Pereira, então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Por isso, em 1995, os manifestantes gritavam “Arrá, urru, Bresser-Pereira no Carandiru”; naquele momento, ele era visto como o responsável pela destruição dos direitos sociais e pela ameaça a um serviço público de amplo acesso à população. De lá para cá, essa reforma surtiu efeitos nefastos para as universidades. A UFSC não ficou de fora.

Leandro Luiz de Oliveira ingressou na UFSC em 1994, quando havia outros 220 vigilantes responsáveis pela segurança do campus Trindade. Desses, hoje restam apenas 26. Ele lembra que foi na universidade que aprendeu o sentido de segurança pública com senso de comunidade, algo que não se ensina em empresas privadas ou na Polícia Federal.

Essa também é a história de Rodrigo Borges, o último eletricitista da Prefeitura Universitária, que entrou na universidade na década de 1990 e hoje tem apenas um colega efetivo em seu setor. Da mesma forma, Roberto Carlos Alves, que trabalha no Departamento de Manutenção Externa. Em 41 anos de UFSC, viu o quadro de funcionários diminuir com o tempo. Ele recorda que, quando ingressou, havia um sentimento de pertencimento e identidade entre os servi-



Imagens: acervo Agecom

dores. Hoje, com a extinção de cargos, esse sentimento vem desaparecendo.

Naquela década, os jardins da UFSC eram considerados os mais bonitos do país. O projeto paisagístico era do renomado urbanista Bursle Marx. Porém, sua existência só foi possível graças às mãos de 30 jardineiros efetivos que garantiam o corte da grama, o plantio de mudas frutíferas e de flores, e a manutenção de todo o espaço universitário — mais de 1 milhão de metros quadrados — adubados com o composto produzido por Edson Alves Pereira e seus colegas.

Edson destaca que a UFSC faz parte de sua história desde a infância: “Eu praticamente me criei aqui. Minha mãe se aposentou no RU, meu avô era segurança e eu vinha trazer marmita para ele. A UFSC era minha segunda casa”. Infelizmente, os filhos de Edson talvez não tenham a possibilidade de se tornarem servidores da UFSC, especialmente caso a Reforma Administrativa seja aprovada.

Após 27 anos da aprovação da reforma de Bresser-Pereira, a universidade buscou alternativas para manter-se de pé. Entretanto, isso significou precarização, insalubridade para os trabalhadores e sua estrutura e a adoção ampla da terceirização.

Em 2024, a UFSC contava com 1.245 trabalhadores terceirizados, segundo o Relatório de Gestão. Em contraste, havia 2.941 servidores técnico-administrativos efetivos. Portanto, quase 30% da força de trabalho técnica da UFSC é terceirizada.

O custo com contratos terceirizados na universidade em 2024 foi de R\$ 136 milhões. Em comparação, o custo com atividades em geral — que incluem desde manutenção e viagens até contratos terceirizados —, a chamada verba de custeio, foi de R\$ 210,5

milhões. Isso significa que a universidade retira quase 65% de seu orçamento geral para arcar com contratos terceirizados, valor que deixa de ser aplicado em infraestrutura, por exemplo.

Quanto aos trabalhadores terceirizados, suas condições de trabalho são bastante distintas das dos servidores efetivos. Não usufruem de plano de carreira, incentivo à qualificação, estabilidade no emprego, além de receberem baixos salários e enfrentarem instabilidade financeira. São também os mais vulneráveis aos cortes orçamentários, como ocorreu neste ano na UFSC, quando dezenas de trabalhadores da segurança e da limpeza foram demitidos após a redução da verba enviada pelo governo federal.

Como lembrou o TAE Roberto, do setor de manutenção, na década de 1990, diziam que os cargos extintos eram obsoletos. Mas a universidade continua precisando de jardineiros, marceneiros, eletricitistas, motoristas, cozinheiros e porteiros. “Eles dizem ‘cargo extinto’ como se não fosse necessário. Extingue-se aquilo que não serve mais, mas por que extinguir algo que é ainda tão necessário? A universidade sem manutenção não funciona. Essa é a lógica do governo, a lógica do Estado mínimo.”

A realidade que já vivenciamos hoje na UFSC de corte de gastos, extinção de cargos e terceirização pode se agravar ainda mais com a aprovação da Reforma Administrativa. Essa, para nós, não é uma opção. Por isso, convidamos você a seguir lendo esse jornal, informar-se e lutar contra a Reforma Administrativa com o SINTUFSC!



## FILIE-SE AO SINTUFSC!

Você, TAE da UFSC, é essencial para avançarmos em nossas lutas e defendermos nossos direitos!

### COMO SE FILIAR?

1. Acesse o site e faça o download da ficha de filiação.
2. Preencha e assine o documento digitalmente.
3. Encaminhe a ficha preenchida e assinada junto com cópia do RG e CPF para juridico.sintufsc@gmail.com.

**Juntos somos mais fortes!**



Receba as notícias  
do SINTUFSC no  
Whatsapp



# O novo rosto do velho desmonte

## Sob o discurso de modernização e combate a privilégios, Reforma Administrativa aprofunda a precarização do serviço público

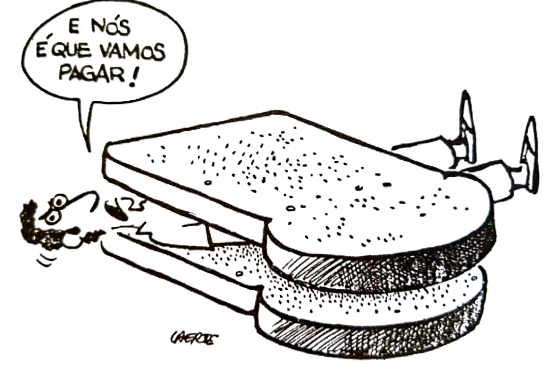
“É chegada a hora de nos dedicarmos à estruturação de um Estado que entregue eficiência e justiça aos seus cidadãos, um Estado que opere serviços de boa qualidade e na velocidade exigida pelos brasileiros. Temos de admitir que, a cada dia, a vida real cobra mais do que a máquina pública consegue entregar.” — Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados.

Esse é o trecho de abertura do texto do relatório final do GT (Grupo de Trabalho) da Reforma Administrativa de 2025. O discurso de “eficiência e modernização” encabeça a proposta apresentada pelo relator, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ). Mas, por trás dessa narrativa, o conjunto de medidas, distribuídas em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei (PL), somando mais de 500 páginas e 70 alterações, impõe duros ataques aos servidores e às instituições públicas.

A seguir, apresentaremos os principais pontos da proposta que afetam diretamente os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.



Um dos eixos centrais da reforma é a limitação anual de despesas com pessoal. A proposta estabelece um teto de gastos, vinculado à variação da receita de cada ente federativo. Se a arrecadação ficar abaixo da inflação, as despesas só poderão crescer até o índice inflacionário. Se houver crescimento acima da inflação, o aumento será limitado a uma fração (50% a 70%) desse crescimento real, com teto máximo de 2,5% acima da inflação. Na prática, isso significa bloquear reajustes



salariais, novas contratações e concursos públicos, caso o limite seja atingido.

Esse teto de gastos presente na Reforma responde ao “arcabouço fiscal”, que segundo Maria Lúcia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, impede que de fato possamos sair do “fosso socioeconômico em que nos encontramos” e “aponta para a redução cada vez mais profunda da estrutura do Estado brasileiro, o que é extremamente prejudicial a toda a sociedade”.

A Reforma estabelece uma lei nacional para contratações temporárias, com normas gerais para União, estados e municípios. A proposta cria um Banco Nacional de Contratações Temporárias, permitindo vínculos temporários por até cinco anos. Essa mudança enfraquece o Regime Jurídico Único e a estabilidade no serviço público, substituindo vínculos permanentes por contratos precários.

O texto também impõe restrições à realização de concursos públicos. Antes de abrir vagas, os órgãos deverão avaliar alternativas como a realocação de trabalhadores, a incorporação de novos recursos de tecnologia e a “intensificação da estratégia de execução indireta de servi-

ços” (terceirização). Os concursos ficarão submetidos a critérios orçamentários e estratégicos, ou seja, na prática, prioriza contratações temporárias e terceirizações em detrimento dos concursos.



A proposta redesenha as carreiras. O texto prevê uma tabela única nacional, na qual servidores levarão pelo menos 20 anos para chegar ao topo da carreira e o salário inicial fica limitado a 50% da remuneração final. Extingue os adicionais por tempo de serviço, licenças-prêmio e gratificações automáticas, substituindo tudo por progressões e bonificações baseadas no desempenho (apenas para servidores em atividade, o que exclui os aposentados). Também limita o pagamento de adicional de insalubridade e periculosidade. Essas mudanças provocam o achatamento salarial e o fim da valorização por tempo de serviço.

Além disso, as avaliações de desempenho vinculadas ao cumprimento de metas passam a ser critério para progressões, bônus salariais, aprovação em estágio probatório e demissões, com critérios meritocráticos e produtivistas. A proposta fragiliza a autonomia dos servidores e pode estimular práticas de assédio por metas e punição por resultados.

Outro aspecto preocupante é a centralização de poder na União, através do SINAP (Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas), que passa a definir normas gerais de gestão de pessoal, carreiras e salários para todos os entes federativos. Na prática, isso enfraquece a autonomia de estados e municípios, impondo um modelo único de gestão e remuneração, que estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

A chamada Reforma Administrativa de 2025 se apresenta como um plano de modernização, mas reconfigura o serviço público em bases privatistas e fiscalistas. Ao restringir concursos, fragilizar vínculos e comprimir carreiras,

a proposta desmonta direitos históricos e transfere a lógica empresarial para o serviço público, desconsiderando sua função social. O resultado, caso aprovada, será um serviço público mais precarizado, dependente de contratos temporários e metas produtivistas, e menos comprometido com o interesse público.

Essa atual proposta de Reforma Administrativa não é um ponto de partida, mas de continuidade. Desde Collor, passando por FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e voltando a Lula, o serviço público tem sido alvo de reformas que retiram direitos, fragilizam vínculos e comprometem a qualidade dos serviços públicos.



Em julho, GT antecipou aspectos do projeto em reunião com MGI, gestores e parlamentares - Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados.

### LINHA DO TEMPO DAS REFORMAS

<p>1930 a 1945 - Era Vargas</p> <p><b>Reforma Burocrática</b></p> <p>Imagem: Arquivo Nacional</p> <p>Criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil em 1936 e, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão centralizador que padronizou procedimentos administrativos, regulamentou carreiras e estabeleceu critérios para concursos. Buscou promover impessoalidade e eficiência, mantendo centralização política e influência nas nomeações estratégicas.</p>	<p>1967 e 1974 - Ditadura Militar</p> <p><b>Reformas de Castelo Branco e Geisel</b></p> <p>Imagem: Arquivo Público do Estado de São Paulo</p> <p><b>Decreto-Lei 200:</b> Permitiu a contratação de servidores pelos regimes estatutário e celetista. Fortaleceu o Sistema de Mérito e definiu diretrizes do Plano de Classificação de Cargos, flexibilizando relações de trabalho no setor público.</p> <p><b>Lei nº 6185/1974:</b> Dividiu os servidores em dois grupos: estatutários, com funções típicas de Estado, e celetistas. Estes últimos, não tinham direito à greve nem à sindicalização.</p>	<p>1990 a 1992 - Governo Collor</p> <p><b>Reforma Administrativa</b></p> <p>Imagem: Sergio Lima/Agência Brasil.</p> <p>Reduziu ministérios, de 23 para 12, extinguiu 24 autarquias, fundações e empresas públicas e promoveu venda de bens oficiais para reduzir custos. Buscou racionalizar gastos com pessoal e implementar sistemas de gestão unificados (SIAPE/SIPEC). A Tentativa de alterar a estabilidade do funcionalismo via emenda constitucional foi rejeitada pelo Congresso.</p>	<p>1998 - Governo FHC</p> <p><b>Emenda Constitucional nº 19/1998</b></p> <p>Imagem: Arquivo pessoal de Bresser-Pereira</p> <p>Consolidou a Reforma Administrativa dos anos 1990, alinhada ao Estado Mínimo. Ampliou contratações temporárias, terceirizações e fundações, reduzindo a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único. Alterou o artigo 169, limitando despesas com pessoal e permitindo exoneração de servidores não estáveis e, se necessário, demissão de estáveis.</p>	<p>2003 - Governo Lula I</p> <p><b>Reforma da Previdência</b></p> <p>Imagem: Givaldo Barbosa   O Globo</p> <p>Reestruturou o regime próprio de previdência dos servidores públicos federais; extinguiu a aposentadoria integral e a paridade para servidores ingressantes após a promulgação, estabelecendo regras mais rígidas para aposentadorias e pensões; e instituiu a contribuição previdenciária para inativos e pensionistas, visando equilibrar as contas públicas.</p>	<p>2017 - Governo Temer</p> <p><b>Reforma Trabalhista</b></p> <p>Imagem: Wikipedia Commons</p> <p>Flexibilizou direitos trabalhistas (jornada, férias, intervalos e negociações coletivas). Introduziu o trabalho intermitente, alterou regras de rescisão, tornou opcional a contribuição sindical e impôs obstáculos para o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. A lei das terceirizações, aprovada também em 2017, permitiu a terceirização da atividade-fim das empresas.</p>	<p>2019 e 2020 - Governo Bolsonaro</p> <p><b>Reforma da Previdência e PEC 32</b></p> <p>Imagem: Fetamce   Marcos Adegas</p> <p><b>Reforma da Previdência:</b> Aumentou a idade mínima para aposentadoria, reduziu benefícios e extinguiu a integralidade e paridade para novos servidores públicos.</p> <p><b>PEC 32 (derrubada):</b> Propôs extinguir estabilidade, ampliar cargos temporários e terceirização, implementar avaliação de desempenho vinculada à permanência no cargo e automação por plataformas digitais.</p>
---	--	---	---	---	--	---



# Reforma Administrativa repete lógica fiscalista e ameaça papel do Estado, afirma Pedro Uczai

Em entrevista ao Jornal do SINTUFSC, o deputado federal Pedro Uczai (PT-SC), integrante do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre a Reforma Administrativa, criticou o conteúdo da proposta apresentada no início de outubro pelo relator Pedro Paulo (PSD-RJ). Segundo o parlamentar, o texto reflete uma visão fiscalista e liberal de Estado, que ameaça a valorização do serviço público e a estabilidade dos servidores.

**“Nós do grupo de trabalho não tivemos acesso ao texto do relator Pedro Paulo (...), nós tomamos conhecimento do texto final hoje [2/10/25], como todos os demais”, explicou Uczai.**

## UM ESTADO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

Para o deputado, uma verdadeira reforma administrativa deveria ter como foco a modernização e o fortalecimento do Estado e das políticas públicas, e não a restrição de direitos e contenção de gastos públicos. Segundo Uczai há duas concepções antagônicas da função do Estado.

“Nós queremos um Estado moderno, eficiente, transparente e com controle social (...), mas na leitura neoliberal, um Estado eficiente é aquele que não gasta mais do que arrecada” e incorpora “avaliação de servidores, extinguindo funções e cargos e inclusive permitindo outras formas de contratação, além do concurso público”.

Entre os pontos mais preocupantes da proposta, Uczai destaca a contratação de temporários e a possibilidade de extinguir cargos considerados ‘obsoletos’ por decreto. Segundo ele, essas medidas abrem brechas para perseguições políticas e para a substituição de servidores estáveis por vínculos precários.

**“É um risco enorme para o servidor. O que é cargo obsoleto? Atender comunidades indígenas é obsoleto? Atender mulheres vítimas de violência poderá ser avaliado subjetivamente por um critério político?”, alertou.**

## DEBATE PRECISA SER AMPLIADO

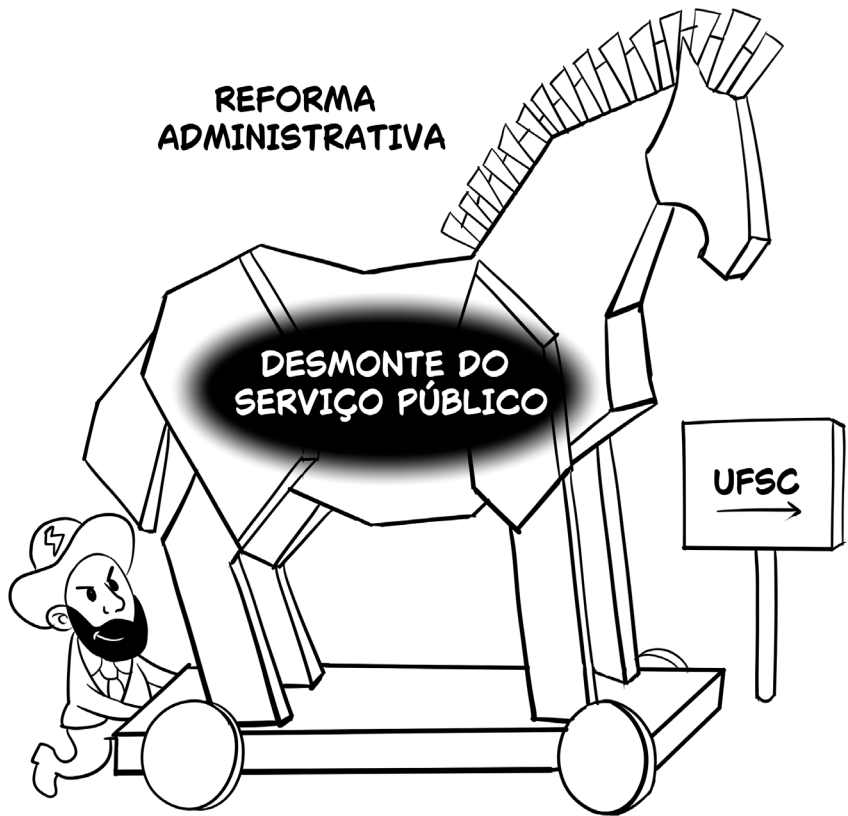
Sobre o posicionamento da bancada catarinense, Uczai acredita que o debate deve dividir os parlamentares. “Os neoliberais reacionários da extrema direita têm pouca preocupação com a qualidade do serviço público e, portanto, têm pouca preocupação com a carreira do servidor público”. Já a bancada de esquerda, afirma o deputado, defende um Estado forte, com servidores valorizados, “que induz o desenvolvimento de um país econômica, social e culturalmente, numa perspectiva de uma sociedade mais igual, justa, equitativa, plural e democrática”.

A avaliação de Uczai é de que faltou debate para a construção do relatório final da Reforma, por isso defende que a proposta não seja votada diretamente em plenário, mas analisada antes por uma comissão especial. Uma reforma que traz tantas consequências para a sociedade brasileira e para os servidores públicos deve ser, segundo o deputado, debatida amplamente com a sociedade catarinense e brasileira.

(Foi realizado convite para entrevista a todos os deputados federais catarinenses, mas, até o fechamento desta reportagem, os demais não responderam ou não quiseram conceder entrevista).



Deputado Pedro Uczai (PT/SC) - Foto: Luiz Macedo / Câmara dos Deputado.



## CAÇA-PALAVRAS

G B Ç B M T O N T C Q E X K U ã P R O G R  
Z Ç P B J A Q O R E C C D X D E ã C K D ã  
N M Y N P F Y K E N I F U V L ã Ç C V E O  
S M V C N L Q V Ç B Y X Y Ç ã E X A ã D D  
R E F O R M A A D M I N I S T R A T I V A  
B N X Ç H Q O O X Ç R P C E B C O E R Q F  
Y T V T J D Y Q G D Q O X G G Ç L I Q C H  
H R H K I E C D Ç B R K G Z Z D F U M B R  
O Ç A I R O D A T N E S O P A A L U T A E  
U D ã B G V T A L I L J O H F B E T V K D  
I I U U T G M C D X L ã O N R K D N O M A  
X L P J C ã V B U I Ç L L Z E N E K T I D  
E L B S V M K R J P S T O Z S F E E D X I  
X M Z I D Y E I U I T R V U I N R F ã R L  
V F X N V I N R Y F U T E M S C N Q Y Y I  
B O X D X D R X D T D U P V T Y G E C Q B  
E F V I S O Ç B C U U H G O I F A I G P A  
L K M C C B I R O P H G R O R N B A E Ç T  
ã D M A P I Ç Q S O T I E R I D U I F K S  
O S L T D Y O Ç L U F Q E K O H M J R H E  
B X N O T V N P U A I M O N O T U A N F B

1. Medida que ameaça o serviço público e retira garantias dos servidores.
2. Consequência do fim da estabilidade do serviço público que cresce quando não há fiscalização
3. Instituição que garante ensino, pesquisa e extensão.
4. Conquista que permite envelhecer com dignidade após anos de trabalho.
5. Ato de proteger o bem público e os direitos coletivos.
6. Ação de quem resiste e não desiste de seus direitos.
7. Entidade que representa, organiza e defende os trabalhadores.
8. Garantia constitucional de liberdade para as universidades em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, abrangendo as dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial
9. Garantia que protege o servidor de perseguições, interferências políticas e evita corrupção.
10. Conjunto de conquistas de luta que asseguram justiça social e cidadania.

1.Reforma administrativa 2.Corrupção 3.Universidade 4.Aposentadoria 5.Resistir 6.Luta 7.Sindicato 8.Autonomia 9.Estabilidade 10.Direitos

## NOVA DIRETORIA



No dia 22 de setembro, tomou posse a nova diretoria do SINTUFSC. A chapa Sindicato de Luta, que assume a direção, foi forjada na maior greve da categoria dos últimos 20 anos, quando mais de 1.500 TAEs paralisaram suas atividades por 117 dias. Com coragem, diálogo e ação, a nova diretoria inicia o mandato comprometida com as lutas da categoria, em defesa do serviço público e contra a Reforma Administrativa!

## AGENDA

# 13.12

MARQUE NO SEU CALENDÁRIO!

FESTA DE FIM DE ANO DO **SINTUFSC**

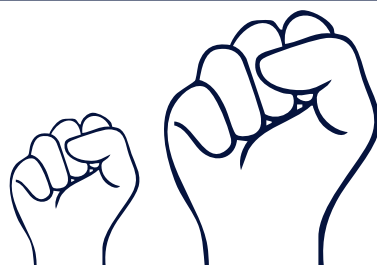
Em dezembro, na sede do sindicato, será realizada a tradicional Festa de Fim de Ano do SINTUFSC. Com muita comida, bebida, música, espaço kids e um ambiente acolhedor a todos.

Venha celebrar os bons momentos deste ano de luta ao lado de seus companheiros de sindicato! As demais informações sobre a festa serão divulgadas mais tarde. Fique atento às redes sociais, site e grupos de notícias oficiais do SINTUFSC.

**+ ATENDIMENTO**



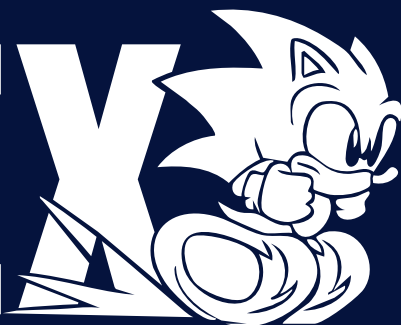
**+ AUTONOMIA**



**- ADOECIMENTO**



**TELEFLEX**



O SINTUFSC está em campanha pela implementação do Teleflex, política institucional elaborada pela UFSC de Teletrabalho, Flexibilização da Jornada de Trabalho e Controle Social da Frequência (CSocial). Fruto da mobilização e do diálogo com a comunidade universitária, o projeto reafirma a autonomia da universidade, a valorização de trabalhadoras e trabalhadores técnico-administrativos e a qualidade dos serviços públicos prestados pela universidade.

Em breve, a minuta da proposta será votada no Conselho Universitário da UFSC (CUUn), composto pelo arcaico modelo 70/30, no qual 70% do peso nas decisões são dos docentes. Além disso, a proposta de Reforma Administrativa impõe uma lógica centralizadora, engessada e produtivista, alheia às especificidades das universidades, comprometendo a continuidade das políticas construídas pela base. Lutar contra a Reforma Administrativa é lutar pela autonomia universitária e pela Teleflex!

